



PREFEITURA DE

CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

Território de Poder, Administração da Justiça e Regionalismo: Um estudo sobre a formação da comarca de Campos a partir da cartografia histórica (1732 a 1850)

Orientadora: Claudia Cristina Azeredo Atallah

Bolsista: Marcos Vitor de Oliveira Pereira

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

2025



SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------|----|
| RESUMO | 3 |
| INTRODUÇÃO | 4 |
| REVISÃO DA LITERATURA | 6 |
| MATERIAIS E MÉTODOS..... | 9 |
| RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 11 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 14 |
| REFERÊNCIAS..... | 16 |

RESUMO

O presente relatório aprofunda-se acerca do projeto de pesquisa que procura questionar a formação e demarcação da comarca de Campos, ocorrida em 1833, a partir das cartografias históricas, e propõe um recorte temporal de 1732 a 1850. Os objetivos deste estudo compreendem a formação da comarca de Campos enquanto território que procurou estabelecer maior controle dos povos, recursos e terras da região estabelecida dentro das movimentações do poder. Assim, a possibilidade de organização do mapeamento das demarcações de jurisdições, por meio da formulação de um inventário referencial de cartografias históricas, viabiliza a assimilação das dinâmicas regionais estabelecidas para as demandas sociais, políticas e econômicas à época. Para tal fim, os índices de criminalidade e os materiais cartográficos serão apreendidos como fontes capazes de proporcionar o devido desenvolvimento do estudo, pensados a partir de conceitos como Região (Bourdieu, 1985) (Albuquerque Júnior, 2008), Poder (Foucault, 2008) e Território (Raffestin, 1993), tais materiais e conceitos são essenciais para a metodologia deste programa de análise. Por fim, foi realizado a construção do inventário referencial cartográfico após períodos de revisão nos acervos do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, e ainda, formulação de um mapa com os limites das comarcas de 1833 da província do Rio de Janeiro. A pesquisa estabeleceu um processo de interdisciplinaridade com a Geografia, que proporcionou a conclusão de um estudo capaz de abarcar as transformações no espaço e controle sobre a população, sendo a Vila de São Salvador o centro da região investigada.

INTRODUÇÃO

O início do século XIX para o Brasil, no âmbito da administração da Justiça, foi marcado pela corrente ocidental do período de “complexificação no padrão de aplicação da lei do século XIX” (Slemian, 2011, p.229), em que as ideias iluministas promoveriam críticas especialmente a forma de atuação dos magistrados e ao funcionamento judiciário dos reinos europeus.

Para o momento brasileiro de pós-independência, a busca pela ruptura com os aparatos judiciários herdados pelo sistema português se deu por meio da criação de leis e códigos que instituíram a separação entre administração e Justiça, e selecionaram o que estaria sob sua responsabilidade; como exemplo desses conjuntos de leis podemos citar o Código Criminal de 1830 e o Código do Processo Criminal de 1832. Entretanto, tal período foi marcado por um cenário complexo, em que são apontadas permanências e continuidades no funcionamento da justiça referente às formas do Império português (Slemian, 2008, p. 227-229).

O decreto de quinze de janeiro de 1833, responsável pela primeira reforma comarcal na província do Rio de Janeiro, e que obedeceu às demandas estabelecidas pelo Código do Processo Criminal de 1832, é formulado dentro de um dos contextos mais conflituosos na história do Brasil, o período regencial.

Segundo Dolhnikoff (2005), esse período da história do país foi marcado pela busca da autonomia das províncias por parte de suas elites, e ainda a construção de uma representatividade desses grupos dominantes, sendo o Ato Adicional de 1834 a abertura de possibilidades para a implementação de seus interesses. As Câmaras Municipais veriam-se recheadas de atribuições no âmbito local, conferindo maior poder a essas elites locais que agora ficariam responsáveis pela tributação, forças policiais, obras públicas e outras importantes decisões nos espaços municipais e provinciais, e é na Câmara Municipal que essas elites regionais encontrariam espaço para exercer seu poder, impondo objetivos e interesses sobre as decisões tomadas. (Dolhnikoff, 2005, p. 18).

Dessa forma, a criação da comarca encontra-se dentro desse contexto de ruptura com tradições anteriormente estabelecidas pela administração portuguesa, mas também a permanência de alguns funcionamentos marcantes de herança do período colonial.

A região compreendida até então como os Campos dos Goytacazes é

caracterizada por um histórico de diversas movimentações e conflitos em relação às populações, terras e demandas de seus atores ao longo de sua colonização pelo Império Ultramarino Português, e posteriormente como território constituinte do Império do Brasil; assim, as questões relacionadas à aplicação da justiça para controle e domínio da região constituiu-se como um fator de extrema importância dentro desse espaço.

A partir disso, por meio do estudo, mapeamento, e formulação de um inventário sobre a cartografia histórica da comarca de Campos, já finalizado será possível intensificar o estudo referente à administração da justiça e sua relação com a territorialização do poder na região.

Com a criação da Ouvidoria Geral do Espírito Santo em 1732, as vilas de São Salvador dos Campos dos Goytacazes e de São João da Praia, pertencentes a capitania da Paraíba do Sul (capitania donatária dos Visconde de Asseca), deixam de fazer parte da comarca do Rio de Janeiro e passam a responder como jurisdição da nova comarca estabelecida, sendo o ouvidor Pascoal Ferreira de Veras, quem primeiro tomou posse sobre a comarca, em 1741¹. Essa transição ocorre poucos anos após a instituição da correição real pela coroa sobre a capitania hereditária da Paraíba do Sul, no ano de 1727². Os anos entre a inclusão do território da Capitania da Paraíba do Sul à comarca do Espírito Santo, até meados do século XIX, foram marcados por conflitos protagonizados pelos principais atores sociais na região concebida, demarcando um território em constante movimento e atendendo às relações de poder, por isso o interesse e necessária atenção sobre o período temporal apontado.

A discussão referente à criação e demarcação de comarcas ao longo do tempo envolve especialmente a questão do poder e a forma como ela foi instituída pela coroa portuguesa no Brasil, e também pelo Império do Brasil sobre suas terras. As comarcas, entendidas como um espaço com limites que ali correspondem à jurisdição de oficiais da justiça, foram criadas gradualmente pelo Império Português nas terras brasileiras.³

¹ Criação da ouvidoria do Espírito Santo – 15 de novembro de 1732. Cx – 2 – ES, Arquivo Histórico Ultramarino. Espírito Santo. In: Documentos Administrativos Coloniais. Vitória: Fundação Jonis dos Santos Neves, 1979. P. 45.

² LAMEGO, A. A terra goytacá à luz de documentos inéditos. 2. ed. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, [s.d.]. v. I.

³ CUNHA, Mafalda Soares da; NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. Tempo, Niterói, , v. 22, n. 39, p. 1-030, jan-abr. 20.

Ainda mais, uma das grandes problemáticas em relação às comarcas é a questão dos limites e a jurisdição dos agentes. Esses limites, que deveriam estabelecer a extensão territorial dos poderes dos agentes da justiça, mantinham certa mobilidade e, geralmente, estabelecidos de acordo com as demandas geradas, como explica a passagem: “As comarcas, portanto, estavam em constante movimento e, para um controle efetivo da sociedade colonial, deveriam ser delineadas de acordo com a demanda humana regional e a caracterização da marginalidade.”(Atallah; Mota, 2023, p. 18). Assim, as comarcas são caracterizadas por limites vulneráveis e voláteis, dependendo das exigências necessárias.

O projeto de pesquisa identificou na região norte fluminense um campo de disputa, que envolve as relações de poder e as estratégias empregadas para implementação, e continuação, do domínio e controle sobre o território, seus povos e as identidades. (Albuquerque Júnior, 2008)

Dessa forma, os objetivos desta pesquisa preocupam-se em promover um estudo, a partir dos materiais cartográficos, sobre a criação e demarcação da comarca de Campos. Assim, faz parte desse processo a demarcação de uma região segundo os conceitos de Território, por Raffestin (1993); Poder, por Foucault (2023); e Região, por Bourdieu (1989) e Albuquerque Júnior (2008). Outro dos objetivos seria identificar as adequações fronteiriças de acordo com os materiais cartográficos pesquisados e selecionados; e por fim, analisar as demandas das autoridades regionais no que se refere a criação da comarca em 1833.

REVISÃO DA LITERATURA

A partir dos objetivos propostos para a presente pesquisa, alguns materiais bibliográficos demonstraram-se essenciais para a formulação do material final, especialmente para compreensão do cenário estabelecido ao longo do tempo na província do Rio de Janeiro e na Vila de São Salvador.

Primeiro, para compreensão da importância e complexidade econômica e social de Campos no século XIX utilizou-se a obra “O Império das Províncias” de Maria de Fátima Silva Gouvêa, obra essencial para assimilar a conjuntura política, social e econômica da província em questão.

Segundo a autora, no século em questão, “Campos se destacava como o maior

centro econômico e político, desde o período colonial” (Gouvêa, 2008, p.32), e demonstra como a recuperação de Campos dos Goytacazes e de São João da Barra foram importantes para o cenário econômico da província, pensando a importância de Campos com a atividade açucareira e de subsistência, abastecendo o mercado do Rio de Janeiro.

Ainda mais, a questão populacional também é colocada em questão ao ser disponibilizado na obra um censo de 1840, em que aponta a região de Campos como a mais populosa da província, em que mais da metade de sua população corresponderia a escravizados. Essas informações apontam para o complexo cenário que se encontrava Campos dos Goytacazes no recorte temporal selecionado para os estudos, a elite regional, com uma produção econômica baseada principalmente na mão de obra escravizada, sempre esteve presente nos altos postos do governo provincial, demonstrando seus interesses e objetivos sobre seus territórios de poder.

A obra “Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes: desde os tempos coloniais até a proclamação da república”, de Julio Feydit (2022), foi central para abarcar questões mais longínquas da história campista, apontando cartas de doações e conflitos presentes ao longo do espaço trabalhado.

O livro aponta questões como a dificuldade de articulação de conquista promovidas por Pero de Góis e Gil de Góis, quando a Capitania foi recebida pelo primeiro em 1539 com o nome de Capitania de São Thomé, e ainda, a sua posterior incorporação à coroa, e em 1627 a divisão do território aos 7 capitães.

Além disso, Feydit (2022) traz importantes informações com as transcrições de documentos históricos que correspondem a momentos decisivos na história do território, como a carta de doação à Casa dos Asseca sobre a demarcação agora denominada Capitania da Paraíba do Sul.

Por mais, segue-se uma série de produções acadêmicas desenvolvidas pela orientadora da pesquisa, Claudia Cristina Azeredo Atallah. A exemplo dessas obras podemos citar “Entre a cruz e a caldeirinha: um ouvidor a serviço da monarquia nas terras dos Asseca”, de 2018, e “Justiça e bem-estar dos povos: as correições do primeiro ouvidor do Espírito Santo na Vila de São Salvador da Paraíba do Sul (1742-1745)” de 2023, este também produzido por Maria Sarita Mota.

As obras tratam de conflitos entre os agentes do território, pode-se indicar a atuação do primeiro e segundo ouvidores da comarca do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras e Mateus Nunes José de Macedo respectivamente, como recortes

para estudo dos conflitos presentes na região. As disputas presentes eram marcadas especialmente pela atuação dos poderosos no território, em busca do controle territorial e das propriedades, e também sobre o aspecto administrativo e jurídico, como podemos identificar na passagem: “Ao chegar à Vila de São Salvador, Mateus Nunes deparou-se com uma câmara empenhada em manter “o domínio do intruso donatário” longe da administração da capitania” (Atallah, 2017, p. 169). Dessa forma, essas divergências resultaram em um cenário de desordem na região, fator que levou, em 1754, ao sequestro da capitania pela coroa portuguesa devido a rebelião de 1748, demonstrando como constituía-se em difícil função dos ouvidores manter uma certa harmonia na região.

Ainda mais, o capítulo “Territórios de poder, criminalidade e regionalismo: a criação da comarca de Campos dos Goytacazes” (2022) escrita por Claudia Atallah, é capaz de sintetizar boa parte das ideias e informações necessárias a presente pesquisa, pensando desde a conjuntura internacional e nacional de transformação da administração da Justiça, até o contexto histórico em que se encontrava a Capitania da paraíba do Sul no ano de formação de sua comarca.

Neste texto, a questão central para nossa pesquisa está na complexidade identificada na demarcação territorial das comarcas e jurisdições, pensando como as comarcas levaram em consideração “das necessidades de conquista e de controle dos povos” (Atallah, 2022), e como o território da capitania estudada estava localizada em um região sempre em disputa e conflitos.

Ao pensar as comarcas e os agentes da Justiça duas bibliografias demonstram-se fundamentais para o desenvolvimento do estudo, são elas “Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII” (2020), por Mafalda Soares da Cunha e Antônio Castro Nunes; e “Actores, Territórios e Redes de Poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo” (2011) por José Subtil.

As comarcas, segundo Cunha e Nunes (2020), foram formadas a partir de diversos protagonistas e seguindo padrões que correspondiam aos interesses sociais e a questão da conquista e controle sobre os territórios, as populações e os recursos. O texto apresenta como os “poderes locais” e os agentes da coroa, segundo os autores, detiveram certo protagonismo para as modificações territoriais realizadas nos século de vigência da pesquisa, principalmente quando examinamos a disputa pela posição de cabeça da comarca, nomeação que garantiria maior racionalização do espaço e “supremacia” sobre os outros locais da comarca, fator que encorajaria a participação

das câmaras e seus representantes nessas discussões.

Essas definições foram de grande utilidade para formulação e desenvolvimento dos objetivos selecionados no seguinte projeto, visto a importância de compreender o cenário do aparelho administrativo jurídico no território brasileiro, e qual a participação desses “poderes locais” e dos oficiais da justiça na sua progressão e transformação ao longo do tempo.

Pensando esses agentes da justiça e principalmente os ouvidores no período colonial, o texto de José Subtil nos esclarece questões relevantes. Os ouvidores do ultramar poderiam acumular as mais diferentes funções além da boa administração da justiça, mas também poderia englobar questões governativas, fiscais e do comércio, isso se dava devido a necessidade de governo dos territórios ultramarinos e assim, maior vínculo entre Justiça e administração.

Além das questões teóricas e conceituais apontadas acima, obras de viajantes e memorialistas foram selecionadas e lidas ao longo da pesquisa.

Como exemplo, aponto os diários de viagens do início do século XIX, como “Viagens e Observações de Hum Brasileiro” de 1834, e os diários do francês Auguste de Saint-Hilaire, que são importantes bibliografias para compreender alguns aspectos sobre a região trabalhada aqui, em que abordam alguns aspectos sobre a população e território campista.

MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com as propostas contidas no projeto de pesquisa submetida ao edital Mais Ciência, as cartografias históricas possuem predominância nos materiais e nos métodos associados sobre suas análises e seleções.

A seguinte pesquisa contém caráter quantitativo e qualitativo, a partir do momento que conta com a formulação de inventário referencial cartográfico que auxiliem no estudo da demarcação da comarca de Campos.

Para formulação do inventário foram utilizados programas online de instituições nacionais com acervos referentes ao material escolhido para a pesquisa. Dessa forma, os principais institutos que demonstraram maior resultado de pesquisa foram a Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, de onde foram retirados imagens das cartografias, e quando disponível eram retirados o ano de criação ou publicação do

mapa, onde foi publicado, por quem foi feito e quais as informações contidas nesses objetos, informações relevantes para extensão da pesquisa.

Dessa forma, essas informações foram contidas em uma planilha criada pelo Google Planilhas a fim de melhor organização e seleção das cartografias que mais fariam sentido ao programa de pesquisa.

| A1 | A | B | C | D | E | F | G |
|----|---|-------------------|--|---|--|--|---------------|
| | TÍTULO | ANO DE PUBLICAÇÃO | NOTA GERAL | DISPONÍVEL EM: | ACERVO/COLEÇÃO | LOCALIZAÇÃO DO EXEMPLAR | AUTOR |
| 1 | | | "Abrange a região de Campos dos Goytacazes e o sul do Espírito Santo. Desenho a tinta ferrogálica e aquarelado. Relevo representado em forma pictórica." | | Biblioteca Nacional (https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/962396) | | |
| 2 | MAPA de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, descrevendo os Campos dos Goytacazes | Século XVIII | | http://obidigital.bn.br/obidigital/2/cervo_digital/div_cartografia/cart525958/cart525958.jpg | Coleção: Biblioteca Nacional e Pública da Corte Tombo: 525.958 | Cartografia - cart525958 Localização exemplar: ARC.030.03.008 | Não informado |

Exemplo do processo de organização das informações dos materiais cartográficos selecionados.

Para a análise dos materiais e desenvolvimento da pesquisa, levamos em consideração a cartografia enquanto um dos principais instrumentos a serem utilizados para compreender a territorialização pelo Império Ultramarino Português e o Império do Brasil.

Isso se dá ao observar a construção do território e suas representações segundo os conceitos estabelecidos por Raffestin (1993), em que a ação de demarcar, e até, construir a imagem e representação de um território, é um ato que promove o controle pelo poder sobre o espaço e seus recursos. Por isso, a metodologia dessa pesquisa continua a estabelecer a cartografia como um dos instrumentos utilizados pelo poder, capaz de demonstrar a projeção e imagem a ser desejada como território nesse campo de relações de poder⁴; podendo ser percebido no seguinte trecho:

“As demarcações realizadas diziam pouco sobre as extensões geográficas e seus acidentes, e muito mais sobre as percepções particulares e interesses de certos grupo (...). Dessa forma, os contornos cartográficos, que se tornaram mais efetivos a partir da segunda metade do século XVIII, estavam

⁴ RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

repletos de intenções, a partir da “seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação”. Os mapas produzidos falavam por seus autores: “são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens.” (ATALLAH; MOTA, 2023, p. 18)

Assim, o mapa seria “o instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar a fronteira”. (Raffestin, 1993, p. 167) e por meio deles os atores sociais intervieram no espaço.

A Região, enquanto assunto de grande importância para a metodologia deste trabalho, continua a basear-se nos pensamentos de Bourdieu e Albuquerque Júnior. A região nesse sentido, faz parte da luta simbólica e material, que se encontram intrínsecas as construções e marcações do próprio território enquanto objeto de interesse das “autoridades”. Essas autoridades, que por meio dos atos de afirmação de identidade regional, com o uso de representações mentais e “objectais” (bandeiras, insígnias, etc), procuram impor na divisão e legitimação das fronteiras e limites, os seus interesses materiais e simbólicos em demarcar uma região.⁵

E o Poder, em consonância com os conceitos trabalhados acima, está calcado segundo as ideias de Foucault em sua obra “Microfísica do Poder” (2023), que é percebido no exame da prática, por meio das relações de poder, que segundo Raffestin (1993) constam na formação dos territórios. O território enquanto produto a partir do espaço que envolve o campo do poder e a ação dos atores segundo seus desejos.

Os seguintes conceitos são identificados na formação do território da comarca de Campos ao passo que propõe um processo de delimitação, de relações, de interesses e objetivos a partir de sua estruturação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o programa estabelecido e as metodologias utilizadas, em que a pesquisa online se constituiu como a principal forma de catalogação desses mapas, foi possível encontrar 35 materiais cartográficos que podem contribuir para a assimilação da formação da comarca de Campos, da região que foi delimitada segundo os estudos

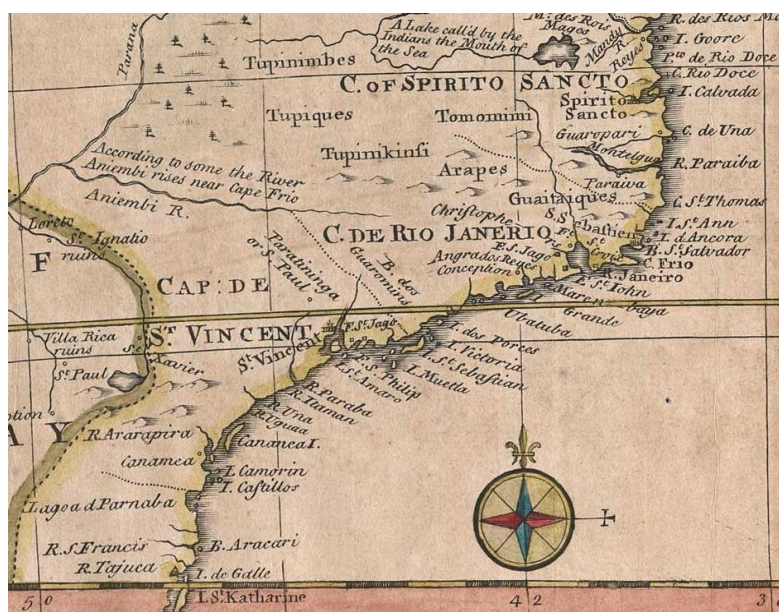
⁵ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. RJ: Bertrand Brasil, 2010.

produzidos e também cartografias que correspondem a América portuguesa e Império do Brasil, pensando as políticas na região dentro de um contexto macro.

Assim, após reunião no início do período de pesquisa com a historiadora Larissa do Arquivo Municipal Waldir Pinto de Carvalho, que demonstrou interesse nas cartografias históricas para disponibilização ao instituto, o inventário referencial produzido foi enviado ao Arquivo Municipal.

Com esses instrumentos podemos analisar as progressões territoriais e criações de comarcas ao longo da história do Brasil, da Capitania da Paraíba do Sul, e por fim do município de Campos dos Goytacazes, ao pensar a Vila de São Salvador como centro de nossa pesquisa.

Por isso, foram selecionados alguns mapas que representem essa progressão para o seguinte relatório.



BOWEN, Emanuel. A new & accurate map of Brasil: divided into its captainships, drawn from the most approved modern maps & charts and regulated by astronomical observations. [Londres]: by Eman Bowen, [1747]. 1 mapa, col. , aquarelado, 33,3 x 40,8 cm em f. 37 x 45 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart354224/cart354224.html. Acesso em: 6 dez. 2024. Localização: Cartografia - cart354224

O seguinte mapa foi recortado a fim de representar a Grande comarca do Rio de Janeiro, criada em 1608, que tinha sob sua jurisdição as capitâncias de São Vicente, Rio

de Janeiro e Espírito Santo. Porém, segundo Cunha e Nunes, e no que eles chamam de “terceira fase” de periodização das criações de comarcas, a comarca do Rio de Janeiro passaria por um “fechamento” de fronteiras, devido a criação de outras comarcas ao longo do território americano, como a de São Paulo (1700), Espírito Santo (1732) e Santa Catarina (1749).

O próximo mapa representa o território da comarca do Rio de Janeiro após os desmembramentos de outras comarcas de sua antiga jurisdição. Foram pontuadas as Vilas de São Salvador e de São João da Praia por pertencerem à Capitania da Paraíba do Sul e fazerem parte da comarca do Espírito Santo (1732), fator que futuramente levaria a conflitos devido à complexidade em relação às demarcações jurisdicionais (Atallah, 2022).



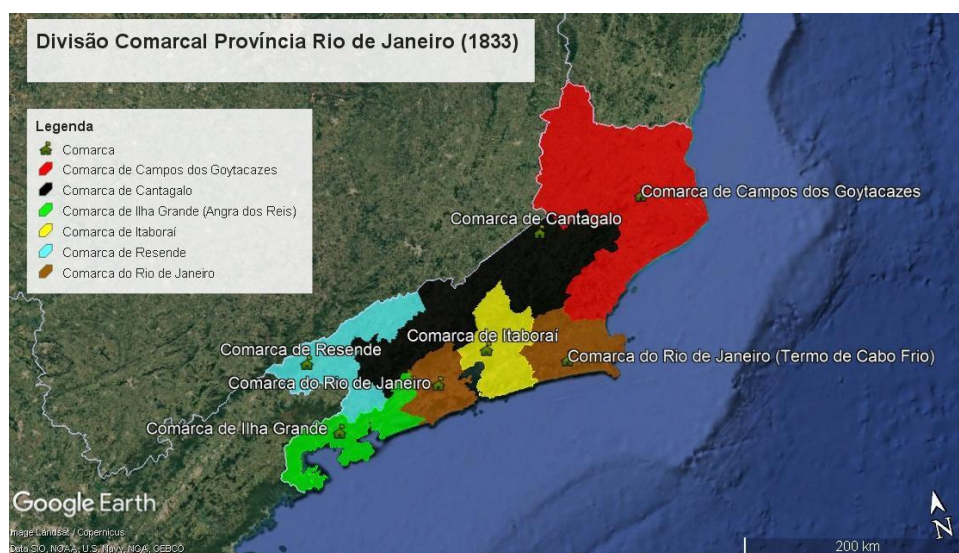
ROSCIO, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos Estados do Brasil. 1777. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 58 x 94,5cm em f. 60 x 96,5cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart534317/cart534317.html. Acesso em: 6 dez. 2024.

Localização: Cartografia - cart534317

Por fim, no ano de 1832, após imbróglis referentes ao pertencimento das Vilas de São Salvador e de São João da Praia a província do Espírito Santo ou do Rio de Janeiro, fica decidido pelo parlamento a integração dessas vilas ao Rio de Janeiro, decisão que segundo Atallah (2022), deve levar em consideração a pressão exercida

pelas elites locais e a imprensa, e ainda as diversas transformações que a administração da Justiça vinha sofrendo durante a primeira metade do século XIX.

Assim, foi formulado um mapa, utilizando o programa Google Earth, para representar a então reforma comarcal na província do Rio de Janeiro de 1833, reformulação que visava maior controle sobre as populações e avanço sobre os sertões (Atallah, 2022).



Essa etapa da pesquisa representou um grande avanço para a equipe, visto que foi possível pensar a configuração da reforma a qual estávamos trabalhando, e como o funcionamento da Justiça está atrelada ao estabelecimento do tipo de ordem pretendida segundo as elites provinciais e nacionais, no território brasileiro.

Ainda mais, foi formulado uma base de dados com as referências de autos-processuais de toda a província do Rio de Janeiro, correspondendo em sua maioria a crimes de sangue contra a propriedade, esses documentos são oriundos de acervos do Museu da Justiça - Centro Cultural do Poder Judiciário e no Arquivo Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguinte pesquisa faz parte de um programa maior de estudo que envolve Justiça e territorialidade no estado do Rio de Janeiro, e é desenvolvido pelo Grupo de

Pesquisa Justiça e Impérios Ibéricos de Antigo Regime (JIAR), coordenado pela Professora Doutora Cláudia Atallah, responsável pela divulgação e apresentação do seguinte projeto em diversos simpósios ao longo do ano de 2024.

O programa de pesquisa visa a divulgação do inventário referencial formulado ao longo do ano, por meio da criação e disponibilização em site e aos órgãos públicos que tenham interesse. Também procura desenvolver um mapa interativo que possa conectar os indivíduos da sociedade com as pesquisas desenvolvidas pelas universidades, promovendo maior conexão entre as diferentes fases de aprendizagem e estudos; compreende a importância da História Regional para os alunos e alunas do ensino básico, especialmente por meio de um material tão recheado de discursos e utilidades para a educação como o mapa.

Pensamos a região enquanto campo de disputa, segundo os conceitos estabelecidos por Albuquerque Júnior (2008):

Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar em subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento. Falar em região é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, àqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional. Falar de região implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e o fora: implica em jogar o jogo do pertencimento e do não pertencimento. Fazer história da região é cartografar as linhas de força, o diagrama de poderes que conformam, sustentam, movimentam e dão sentido a um dado recorte regional. (Albuquerque Júnior, 2008, p. 58)

Deste modo, a Região é guiada dentro de nossos estudos, por meio do exercício crítico aos discursos e as identidades estabelecidas em seus limites e fronteiras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; CAULFIELD, Sueann. *Cinquenta anos de virgindade no Rio de Janeiro: às políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular, de 1890 a 1940*. Caderno Espaço Feminino. Revista do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, Uberlândia, ano II, v.2, n.1/2, pp. 15-52, 1995.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008

ATALLAH, Claudia C. Azeredo. *Entre a cruz e a caldeirinha: um ouvidor a serviço da monarquia nas terras dos Asseca*. Tempo, v.24. n.1, p.161-179, 2018.

ATALLAH, Claudia C. Azeredo; MOTA, Maria Sarita. *Justiça e bem-estar dos povos: as correições do primeiro ouvidor do Espírito Santo na Vila de São Salvador da Paraíba do Sul (1742-1745)*. Almanack, Guarulhos, n.35, 2023.

ATALLAH, Claudia C. Azeredo. Territórios de poder, criminalidade e regionalismo: a criação da comarca de Campos dos Goytacazes (1732-1835). In: FURTADO, Junia e SLEMIAN, Andréa. *Uma cartografia dos Brasis poderes, disputas e sociabilidades na independência*. BH: Fino Traço, 2022.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 1989.

BOWEN, Emanuel. A new & accurate map of Brasil: divided into its captainships, drawn from the most approved modern maps & charts and regulated by astronomical observations. [Londres]: by Eman Bowen, [1747]. 1 mapa, col. , aquarelado, 33,3 x 40,8 cm em f. 37 x 45 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart354224/cart354224.htm l.> Acesso em: 6 dez. 2024.

BRASIL. *Código do Processo Criminal de Primeira Instância, 29 de novembro de 1832*. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm>. Acesso em: 8 out. 2024.

CUNHA, Mafalda Soares da; NUNES, António Castro. *Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII*. Tempo, Niterói, , v. 22, n. 39, p. 1-030, jan-abr. 20.

Documentos Administrativos Coloniais. Vitória: Fundação Jonis dos Santos Neves, 1979.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FEYDIT, Julio. *Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes: desde os tempos coloniais até a proclamação da república*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. RJ: Editora PUC Rio, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias Rio de Janeiro, 1822-1889*. RJ: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.

LAMEGO, A. *A terra goytacá à luz de documentos inéditos*. 2. ed. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, [s.d.]. v. I.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

ROSCIO, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos Estados do Brasil. 1777. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 58 x 94,5cm em f. 60 x 96,5cm. Disponível

em:<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart534317/cart534317.html.> Acesso em: 6 dez. 2024.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *Actores, Territórios e Redes de Poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 15-36

SLEMIAN, Andréa. À nação independente um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos Criminal e do Processo Penal na primeira década do Império do Brasil. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (org.) *Brasileiros e cidadãos modernidade política 1822-1930*. SP: Alameda, 2008.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais--século 19*. SP: EDUSC, 2004.